

ACTA NÚMERO 29/XII/1.ªSL

Aos 5 dias do mês de janeiro de 2012, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação do Parecer elaborado no âmbito do escrutínio de iniciativa europeia:**
 - LIVRO VERDE sobre a viabilidade da introdução de obrigações de estabilidade [COM(2011)818]. Deputados Autores de Parecer: Nuno Matias (PSD) e Vitalino Canas (PS).

1. Apreciação e votação do Parecer elaborado no âmbito do escrutínio de iniciativa europeia

- LIVRO VERDE sobre a viabilidade da introdução de obrigações de estabilidade [COM(2011)818]. Deputados Autores de Parecer: Nuno Matias (PSD) e Vitalino Canas (PS).

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou sucintamente o Parecer, sublinhando as alterações consensualizadas com o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS). Finalmente, referiu que a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública apresentou o relatório e parecer sobre esta iniciativa.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) começou por referir que o parecer apresentado é a base de entendimento comum, mas manifestou o desejo de que pudesse no decurso deste debate ser melhorado com a introdução de alguns apontamentos políticos. Relativamente ao parecer sugeriu que nele fosse inserida uma frase sobre o prazo mais curto desta consulta pública. Depois acrescentou que não foi recebida qualquer posição do Governo português sobre esta matéria.

No que diz respeito a aspectos substantivos, o Sr. Deputado começou por sugerir que fosse inserida a citação, que consta da página 4 da iniciativa: *“Mesmo que a introdução de obrigações de estabilidade demore algum tempo, um acordo prévio sobre a emissão comum dessas obrigações poderá produzir efeitos nas expectativas do mercado e, através disso, baixar os custos médios e marginais de financiamento para os Estados Membros que enfrentam atualmente dificuldades a nível do financiamento”*. Referiu que o parecer da Comissão devia ir mais além, mas não vai porque existe uma manifesta divergência de posição entre os dois maiores partidos no que diz respeito às obrigações de estabilidade, pois o PS sempre afirmou a sua posição favorável e o PSD ainda não definiu a sua posição. No que concerne às possibilidades suscitadas, o Sr. Deputado referiu que do prisma de Portugal, a primeira opção apresentada pela Comissão Europeia seria a melhor, isto é, toda a dívida com garantias solidárias. Considerou que as outras hipóteses são mais frágeis. Sugeriu que fosse efectuada uma opção pela segunda hipótese ou pelo menos que o parecer transmitisse um sinal positivo. Eventualmente o parecer pode limitar-se a encorajar a Comissão a trabalhar a solução compósita, que mistura as diversas opções. Finalizou referindo que independentemente das posições de cada um poderia ser incluída uma frase em que a Comissão assumisse alguma posição ou pelo menos desse alguma indicação num sentido encorajador.

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) solicitou a palavra para considerar que seria extemporâneo nesta fase tomar alguma posição, sobretudo atendendo a que em breve a Comissão irá organizar uma audição sobre este tema, onde se irá aprofundar a discussão e reunir elementos que permitam uma posição mais sólida. Assim podemos no futuro tomar uma posição mais consciente e mais livre sem ficarmos presos a uma posição tomada nesta fase.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) referiu que esta matéria não consta do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012 ao contrário do que acontece com outras matérias.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) deu nota do apoio do PSD ao parecer na versão distribuída nesse dia e louvou a cooperação entre os dois Deputados. Contudo, não pode deixar de aludir à crença generalizada de que existem divergências entre o PS e o PSD, embora não veja quais. Acrescentou que a única possibilidade radica na metodologia a prosseguir, pois de facto não existem dúvidas sobre a importância das

obrigações de estabilidade. Contudo, tal não pode significar que se deva iniciar uma construção pelo telhado, dizendo-se que a dívida passa a ser de todos, atendendo apenas às circunstâncias conjunturais e não tendo em atenção que são necessárias mais medidas antes de estarem reunidas as condições. Considerou que está fora de questão começar pela primeira hipótese sugerida pela Comissão Europeia e que devem ser percorridos diversos patamares antes de se poder falar em mutualização da dívida. Referiu ainda que existe um consenso generalizado sobre a necessidade de harmonização fiscal, mas recordou que esta entre outras medidas necessita de consenso e tal implica agir com prudência. Afirmou que desde sempre foi demonstrada abertura para debater e aprofundar a questão e até para acentuar divergências. Manifestou que a Comissão não se deve pronunciar apenas sobre iniciativas legislativas e salienta a importância de analisar iniciativas não legislativas como esta tão bem exemplifica.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) referiu que procuramos encontrar uma base comum que possa ser um pouco mais construtiva. Começou por aludir ao facto desta iniciativa ter sido apresentada e defendida pelo Presidente da Comissão Europeia, que é um português – o que não deve ser desconsiderado. Acrescentou que seria importante nesta fase surgirem alguns sinais positivos, até porque o silêncio é enganador e pode levar outras opiniões a manifestar-se de forma mais explícita. Comentou que este parecer, tal como está, é um encolher de ombros do Parlamento. Sugeriu, assim, que se dissesse um pouco mais no sentido de saudar a iniciativa e elogiar que se tenha promovido este debate. Acrescentou ainda que também deveria ser dito que o Parlamento português iria aprofundar o debate sobre este tema. Concluiu sugerindo que ainda que não exista um compromisso com a substância, a Comissão e o Parlamento podem comprometer-se com a ideia.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) fez uma análise alargada sobre a evolução do pensamento em Portugal e na União Europeia sobre a criação destas obrigações, concluindo que as mesmas são uma manifesta mais valia e concordou que o parecer deve exprimir um sinal positivo relativo à ideia. E concluiu afirmando que se Portugal, que é manifestamente interessado, nada disser, o que dirão os outros.

O Sr. Deputado Vitalino canas (PS) realçou a intervenção do Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) e manifestou a concordância do PS com a introdução de uma frase nesse sentido.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) concordou com a opinião geral de que se deveria passar uma opinião, mas deixando em aberto a posição que a Assembleia vai tomar no futuro. Esta não é uma matéria consensual e não pode ser colocada como se fosse em si mesma a solução de todos os problemas. Manifestou a concordância com o Sr. Deputado Silva Pereira (PS) em saudar a iniciativa, mas deve ser mencionado que ela apenas funcionará no contexto das outras medidas no âmbito do reforço da governação económica.

O Sr. Deputado Nuno Matias (PSD) apresentou então uma proposta de redacção de um novo número para o parecer e a alteração do primeiro. Registou-se um ligeiro debate e foi consensualizado uma redacção melhorada.

O Sr. Presidente submeteu a votação o parecer com as alterações consensualizadas, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

A reunião foi encerrada às 15:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
João Lobo
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Drago
Duarte Marques
Francisco de Assis
Honório Novo